



EDITORIAL

Os 25 Anos do IAC foram marcados por um conjunto de realizações em parceria com organizações internacionais que o IAC integra e que tiveram lugar no nosso país.

Achámos por isso oportuno salientar esta importante dimensão do IAC que se afirma além-fronteiras e que traduz uma filosofia desde sempre perfilhada de que o trabalho pela causa da criança deve pautar-se pela cooperação com outras instituições, partilhando saberes e experiências para que os caminhos sejam mais seguros, mas simultaneamente mais curtos e mais céleres.

Recordamos a Conferência que teve lugar em Lisboa, em 25 de Maio de 2008, Dia da Criança Desaparecida e Explorada Sexualmente, e que foi co-organizada pela Federação Europeia de que fazemos parte, a Missing Children Europe.

Em Outubro, também em Lisboa, decorreu outra Conferência Internacional co-organizada pela Federação das Crianças de Rua no Mundo.

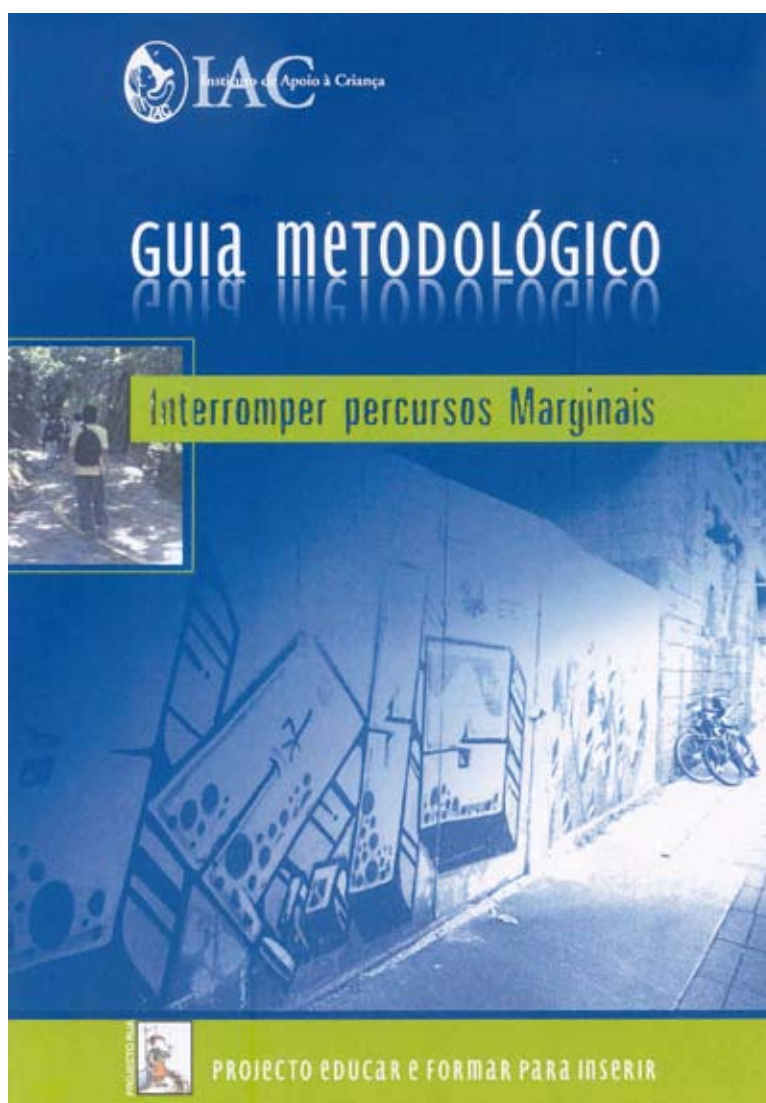
Ainda em Outubro, em Paris, o IAC participou no Congresso Internacional de Ludotecas, pois integra a ITLA (International Toy Library Association) desde a sua fundação, em 1990.

E participou igualmente, em Helsínquia, na última Conferência da EACH (European Association for Children in Hospital), que integra desde 1995.

Já em 2009, em Junho, realizou-se em Lisboa a Conferência da Rede Europeia de Acção Social, onde o

CONT. PÁG. 2

EDUCAR E FORMAR PARA INSERIR PÁG. 8



A CAMPANHA EUROPEIA 116 000
PÁG. 2 • PROJECTO RUA EM CABO
VERDE PÁG. 7 • O IAC E AS CPCJ PÁG. 9

25 DE MAIO DE 2009

116 000 – IAC LANÇA CAMPANHA EUROPEIA

Em Portugal, o Instituto de Apoio à Criança assinalou o lançamento oficial da campanha com uma Conferência de Imprensa na Sala 2 da Gulbenkian, no dia 25 de Maio, contando com a presença da presidente da direcção do IAC, Manuela Eanes, da chefe da representação nacional da Comissão Europeia, Margarida Marques, dos secretários de Estado da Administração Interna, José Magalhães e da Justiça, Conde Rodrigues, e Ale-



MARGARIDA MARQUES, JOSÉ MAGALHÃES, MANUELA EANES, CONDE RODRIGUES E ALEXANDRA SIMÕES



BOLETIM DO IAC Nº 92
ABRIL/JUNHO 2009

director
Matilde Rosa Araújo

editor
Clara Castilho

conselho editorial
Coordenadores de Serviços IAC

equipa técnica responsável
Ana Filipe, Anabela Fonseca, Cristina Funico,
Fernando Carvalho, Isabel Oliveira, Palmira
Carvalho

colaboradores
Alexandra Simões, Anabela Guerreiro, Clara
Castilho, Dulce Rocha, Isabel Porto, Maria
João Cosme, Maria João Malho, Matilde Sir-
gado, Paula Ribeiro, Pedro Perdigão, Equipa
do Fórum Construir Juntos

edição
Instituto de Apoio à Criança
Largo da Memória, 14
1349-045 Lisboa

Tel.213617880-Fax213617889

Endereço Internet
<http://www.iacrianca.pt>

e-mail: iacsede@netcabo.pt
concepção gráfica e produção

Francisco Lança
fotolitos e impressão

Tipografia da Associação
dos Deficientes das Forças Armadas

depósito legal

Nº74 186/94

tiragem 3000 ex.

xandra Simões, do SOS-Criança.

A partir de 25 Maio 2009, em 10 Estados-Membros da UE, será mais fácil: para os pais de crianças desaparecidas, apresentar uma denúncia; para o público, prestar informações sobre uma criança desaparecida e a uma Criança desaparecida, pedir auxílio.

Em Portugal, Bélgica, Eslováquia,

França, Grécia, Holanda, Hungria, Itália, Polónia, Roménia a ajuda está apenas a um telefonema de distância: o 116000 – número único europeu para Crianças desaparecidas.

Pretende-se assim, chamar a atenção para a dimensão europeia de combate a um fenómeno que também ele desconhece fronteiras.

EDITORIAL

CONT. 1ª PÁG.

IAC apresentou o Projecto Educar e Formar para Inserir, que se pretende seja replicado noutros países europeus e também em África. Com esse objectivo, foi publicado um Guia Metodológico, instrumento importante para partilhar a aplicação de princípios, fundados na crença das potencialidades do empowerment e da política de parcerias.

Quase em simultâneo, por ocasião da Cimeira Ibero-Americana dos Ministros e altos responsáveis pelas políticas de Infância, o IAC foi convidado a coordenar os trabalhos do Fórum das Crianças, cujas conclusões foram apresentadas durante a reunião de uma forma muito viva e criativa com o apoio empenhado da Equipa do Projecto Rua.

Esta dimensão do Instituto de Apoio à Criança reveste-se da maior importância, tanto mais que além da partilha de experiências, a que já fizemos referência, ajudamos a representar Portugal e sentimo-nos também embaixadores de boas práticas.

A atribuição ao IAC dos Números Europeus 116 000 e 116 111, o primeiro para a Criança Desaparecida e o segundo para a Criança Maltratada, e bem assim a menção que nos foi honrosamente atribuída no recente Protocolo que instituiu o Sistema Nacional de Alerta de Rapto de Crianças, inscrevem-se no reconhecimento do meritório trabalho do IAC também a nível internacional.

DULCE ROCHA

II ENCONTRO DE GAAP 2008/2009

NOVAS COMPETÊNCIAS DA ESCOLA

Hoje, à Escola são pedidas inúmeras respostas, designadamente, de âmbito social que exigem aos seus profissionais novos meios, para de forma contextualizada, fazerem face às problemáticas com que se deparam - famílias desestruturadas, falta de expectativas e de modelos de referência, toxicod dependência, alcoolismo e marginalidade. À Escola exige-se, também, uma função de guarda, de inserção social e de prevenção da marginalidade; culpabilizando-se, até, pelo insucesso educativo de crianças e de famílias.

Para reflectir sobre esta realidade, nos dias 4 e 5 de Maio, decorreu no Auditório do Instituto Politécnico de Leiria, o II Encontro de GAAP 2008/2009 "Novas Competên-

cias para Velhas Exigências - as equipas multidisciplinares na Escola".

Na sequência do trabalho desenvolvido destacamos algumas das linhas de orientação apontadas:

- A criação de equipas multidisciplinares é o primeiro passo para uma mais ajustada prevenção e uma resposta consentânea com as múltiplas problemáticas que designadamente afectam o quotidiano das escolas;

- A mobilização pessoal, a valorização do trabalho de cada elemento, a abertura aos outros, uma cultura de humildade são condições fundamentais ao bom funcionamento de uma equipa estável e coesa;

- Entre os constrangimentos a um bom funcionamento destas equipas o individualismo, o envolvimento desi-

gual, os jogos de poder e o protagonismo são obstáculos a ultrapassar;

- Na prossecução dos seus propósitos, as equipas multidisciplinares devem recorrer a um conjunto de parceiros de natureza distinta com uma agenda comum, onde devem ser negociados os interesses, os objectivos e as estratégias de acção de modo a construir consensos e criar respostas inovadoras.

Neste sentido, os Gabinetes de Apoio ao Aluno e à Família constituem-se como equipas multidisciplinares munidas de Novas Competências, alicerçadas na complementaridade, na responsabilidade solidária, na aprendizagem colectiva para responder às Velhas Exigências da Escola.

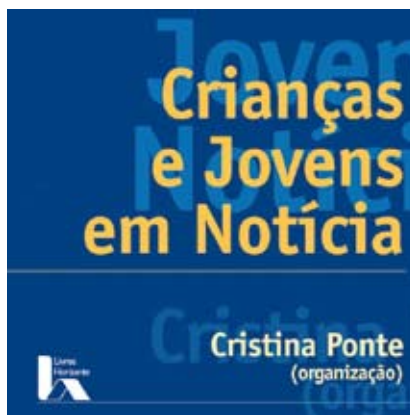
FÓRUM CONSTRUIR JUNTOS

ACTAS DO 1.º SEMINÁRIO INFÂNCIA, CIDADANIA E JORNALISMO EDITADAS EM LIVRO

O TRATAMENTO NOTICIOSO DE CRIANÇAS E JOVENS

A investigação sobre as tendências e enquadramentos jornalísticos acerca das problemáticas da infância é tema do livro *Crianças e Jovens em Notícia*, que foi lançado no Museu da Cidade, ao Campo Grande, Lisboa, dia 18 de Junho. A obra, editada pela Livros Horizontes, foi apresentada por Estrela Serrano, membro do Conselho Coordenador da Entidade Reguladora para a Comunicação Social.

Este livro é o resultado do Projecto de Investigação *Crianças e Jovens em Notícia*, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia e realizado pelo Centro de Investigação Media e Jornalismo (CIMJ) e pelo Ins-



tituto de Apoio à Criança (IAC), apresentados e discutidos no 1º Seminário Infância, Cidadania e Jornalismo, em Novembro de 2007, na Fundação Calouste Gulbenkian. São as actas deste Seminário, levado a cabo em par-

ceria pelo CIMJ, o IAC e a Comissão Nacional de Protecção de Crianças e Jovens em Risco, que dão origem ao livro. A obra é organizada por Cristina Ponte, professora da Universidade Nova de Lisboa, e reúne artigos da equipa multidisciplinar de investigadores do Projecto sobre a cobertura de temáticas como o risco social, educação e culturas infantis, incluindo comentários de jornalistas, fontes de informação e especialistas da área da infância. Destacamos a participação das técnicas do Instituto, Maria João Malho e Isabel Pato. A voz de crianças e jovens em diferentes contextos está também presente por meio de estudos sobre a sua percepção acerca das notícias.

ORGANIZAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DE BRINQUEDOS

O Sector da Actividade Lúdica realizou no dia 27 de Abril a acção “Organização e Gestão de Materiais”, orientada por Leonor Santos, especialista na análise e classificação de material lúdico/Sistema ESAR.

Após a reflexão sobre o Brinquedo enquanto agente da estruturação da criança e do seu desenvolvimento e um espaço dedicado à higienização e conservação de materiais, os participantes tiveram acesso ao Sistema ESAR, tratamento documental de ca-

talogação, classificação e indexação de brinquedos e jogos.

Sobressaindo no final da acção uma grande receptividade e interesse dos participantes em aprofundar os conhecimentos adquiridos, o Sector organizou em Maio a acção “Catalogação e Classificação de Brinquedos”. Com uma procura acima da média, incidiu-se nas facetas lúdica e cognitiva do sistema, numa abordagem teórico-prática onde os participantes tiveram acesso a diversos brinquedos e jogos de forma a experien-

ciarem o processo de catalogação e classificação proposto. Nas acções participaram 27 técnicos de diferentes formações académicas.

A elevada procura destas acções, conjugada com os momentos de intensa discussão e troca de experiências que se registaram, levam o Sector da Actividade Lúdica a planear um ciclo de acções dedicado exclusivamente ao sistema ESAR.

Mais informações em breve em www.iacrianca.pt ou solicitadas para o e-mail iac.ludica@gmail.com.

GRUPO EUROPEU DE LUDOTECAS

O Sector da Actividade Lúdica esteve presente na 13ª reunião do Grupo Europeu de Ludotecas, que teve lugar na Suíça a 17 e 18 de Abril de 2009 e que contou ainda com a participação de profissionais da Suíça, França, Holanda, Bélgica, Itália e Turquia.

Este ano, a reunião teve como ponto de discussão central as competências dos ludotecários. Após a elaboração conjunta de uma lista-gem exhaustiva das tarefas dos ludo-



tecários, Leonor Santos desenvolveu e apresentou um documento que inclui não só os princípios gerais do papel do ludotecário, mas também

as suas competências, apresentadas em grandes áreas.

O grupo Europeu pretende criar um documento geral que possa ser adoptado por todos os países, permitindo a sua adaptação aos diferentes modelos de funcionamento das ludotecas na Europa.

O Sector da Actividade Lúdica do IAC receberá, em 2010, a 14ª reunião da ETL, repetindo assim pela quarta vez a organização deste evento, que decorrerá a 16 e 17 de Abril.

HUMANIZAÇÃO

DIREITO AO PARTO NORMAL

O Sector da Humanização dos Serviços de Atendimento à Criança esteve presente no lançamento da campanha “Pelo Direito ao Parto Normal – Uma Visão Partilhada”, que teve lugar no passado dia 7 de Abril, Dia Mundial da Saúde, no Espaço EDP Sustentabilidade.

Ao longo da campanha, com duração prevista de um ano, elaborar-se-á uma proposta de conceitos, princípios e práticas promotoras do Parto Normal para a definição de um Consenso Nacional, com base no qual se irá desenvolver uma Estratégia Nacional de Humanização do Nas-

cimento. Defendendo o direito da mulher vivenciar o nascimento num ambiente seguro, com cuidados de saúde e suportes adequados, espera-se a redução do número de cesarianas em Portugal, prática que nos últimos anos tem vindo a aumentar significativamente.

A equipa do projecto é constituída por quatro enfermeiros das áreas da saúde materna e saúde mental e liderada por Lúcia Leite, enfermeira especialista de saúde materna e obstétrica e vice-presidente da HumPar, que manifestou interesse na colaboração do Sector neste projecto de humanização.

DIA MUNDIAL DO JOGO

PIM PAM PUM À RODA COM A BRINCADEIRA

A Associação Cultural e de Educação Popular (ACEP) da Meadela - Viana do Castelo existe desde 1972 e tem vindo a desenvolver, na Comunidade, projectos ligados à Promoção da Saúde, ao brincar e à leitura, entre outros.

Durante o 11º Congresso Internacional de Ludotecas lançou-se a ideia de se comemorar o Dia Mundial do Jogo a 28 de Maio e a ACEP respondeu ao desafio, lançando em 2009 o que considerou ser o Ano 1 da comemoração desse dia em Portugal.

Neste enquadramento a ACEP propôs-se desenvolver um evento o qual denominou de "Pim Pam Pum à Roda com a Brincadeira", na freguesia da Meadela - Viana do Castelo, que decorreu de 28 de Maio (Dia Mundial do Jogo) até 1 de Junho (Dia Mundial da Criança), com actividades em torno do jogo, para todas as crianças da freguesia e para a comunidade em geral, num total de 800 participantes.

Esta iniciativa contou com o apoio da Câmara Municipal de Viana do Castelo e da Junta de Freguesia da Meadela e teve como finalidade a criação de espaços e momentos de interacção entre crianças e adultos,



privilegiando a actividade lúdica e a partilha do prazer de brincar.

A este primeiro "Pim Pam Pum à Roda com a Brincadeira" ficou para sempre associado o tributo à professora Ana Maria Vicente pelo seu inestimável apreço enquanto profes-

sional e mulher entusiasta do Aprender e do Brincar.

Este evento, símbolo do brincar e da brincadeira, permanecerá nos futuros anos no espaço temporal de 28 de Maio, "Dia Mundial do Jogo" a 1 de Junho, "Dia Mundial da Criança".

TERTÚLIAS DA EDUCAÇÃO

O Sector da Actividade Lúdica foi convidado a participar nas "Tertúlias da Educação - Vamos Conversar" do Agrupamento Ribeiro de Carvalho, no Cacém. Natália Pais esteve presente na EB1 N.º 3 do Cacém, onde se discutiu o tema "Regras e Disciplina - Daqui não pode passar". Esta tertúlia foi moderada pela psicóloga da Junta de Freguesia do Cacém, Sofia Silvério, e por José Alberto de Sousa, presidente do Agrupamento,

e contou também com a intervenção da educadora Ana Augusto, da EB1/JI de Vale Mourão.

Numa sessão em que estiveram presentes trinta pais e aproximadamente dezasseis docentes, Natália Pais focou a importância de ser criança no mundo contemporâneo, aprendendo a respeitar e a viver num mundo de diversidade de culturas e opiniões.

Na sua opinião, o papel da família e da comunidade educativa é fundamental para a melhor inserção

e vivência da criança, destacando a importância da herança familiar que nos acompanha desde o nascimento e a relevância desta na integração na comunidade escolar, onde famílias e docentes convergem directa e indirectamente no estabelecimento de regras, rotinas e estabilidade emocional da criança.

Houve ainda espaço para pais e docentes presentes colocarem algumas questões aos elementos da mesa.

EDUCAR PARA A CRIATIVIDADE PROMOVER A INOVAÇÃO

O Instituto de Apoio à Criança – Projecto Rua promove anualmente uma acção de formação para Animadores. À semelhança de anos anteriores, a escolha da temática que norteia os 4 dias de formação intensa reveste-se de particular cuidado. Afinal, vamos na 18ª edição do curso e a prática da educação e da animação nos diferentes contextos, requerem uma constante capacidade de inovação e criatividade.

Assim, associando-se ao Ano Europeu para a Criatividade e Inovação, a equipa da organização escolheu como tema “Educar para Criatividade, promover a Inovação”. A decorrer de 2 a 5 de Junho na Quinta das Águas Férreas em Caneças, a acção de formação contou, este ano, com 27 formandos, entre os quais estudantes e técnicos de diferentes áreas, provenientes de diferentes regiões e também de Cabo Verde.

Com esta acção, tivemos como objectivos: promover a partilha da metodologia de intervenção do Projecto Rua; reflectir sobre as atitudes facilitadoras da relação pedagógica; capacitar os participantes para o recurso e estratégias pedagógicas de promoção de criatividade e de participação junto de crianças e jovens em risco; reforçar e transmitir conhecimentos teórico-práticos que permi-

tam uma intervenção adequada, bem como proporcionar a partilha de experiências entre os participantes.

Do programa de formação destacam-se os módulos “Criatividade – entre a razão e a emoção”; “As estratégias pedagógicas para a promoção da criatividade” e “Inovação nas práticas pedagógicas”.

Contámos este ano, e mais uma vez, com Nuno Colaço, que de forma ímpar, nos falou da importância da criatividade no desenvolvimento psico-social da criança. Geanne Bonfim, pedagoga e facilitadora de Biodanza, ilustrou-nos de que forma pode a biodanza (sistema de integração afectiva baseada em vivências realizadas em grupo induzidas pela música e pelo movimento) contribuir de forma inovadora para a prática pedagógica.

Ainda no campo da inovação, espaço para a partilha de uma experiência inovadora no método pedagógico – O Movimento da Escola Moderna. Protagonizado por Natália Pais (membro da direcção do IAC e aclamada como a “mãe” do lúdico em Portugal), este foi mais um espaço para a reflexão sobre a importância da cooperação educativa em todo o processo de aprendizagem.

No dia dedicado aos ateliers, Cristina Silva, psicóloga educacional, ensinou-nos a “brincar com os 5 sentidos atrás das nuvens” e a reflectir sobre



as atitudes que nos permitem transformar a nossa existência e a encontrar soluções para as pedras que vamos encontrando pelo caminho. Também a Associação Usina através da técnica do teatro de intervenção – Teatro fórum, arrebatou o grupo.

A apresentação dos trabalhos de grupo, sob o lema “Imagina, Cria e Inova”, reflectiu todo o empenho, criatividade e boa-disposição do grupo ao longo da formação. Este ano, como presente de boas-vindas os formandos foram surpreendidos com o tão esperado Guia do Animador – um instrumento de trabalho inovador que incentiva ao apelo da criatividade que pode existir em cada um nós, para melhor desempenharmos o nosso papel de facilitadores da educação.

REVISTA “CONVERGENCE”

Durante a primeira semana de Maio, a equipa do Projecto Rua colaborou para a realização de uma reportagem da revista francesa “Convergence” – uma revista de cariz social editada pela Associação Secours Populaire Français.

Esta reportagem que irá para as bancas no próximo

mês de Setembro, enquadra-se num trabalho de pesquisa sobre as condições de vida dos grupos sociais mais desfavorecidos em vários países da Europa, num momento em que se aproxima 2010 - Ano Europeu contra a Pobreza e exclusão social.

PROTOCOLO IAC-ACRIDES

A Associação ACRIDES sendo uma instituição congénere do Instituto de Apoio à Criança, assume como missão a defesa e a divulgação dos Direitos da Criança junto das diferentes entidades, instituições e da comunidade em geral, proporcionando-lhes um bem-estar saudável e um desenvolvimento integral e harmonioso.

Neste contexto, procura reforçar parcerias com instituições nacionais e internacionais, através da implementação de projectos integrados que visam responder às necessidades dos grupos mais vulneráveis.

Podemos afirmar que o trabalho em parceria requer tempo e exige, também, uma grande abertura às formas de pensar e agir das outras instituições, e implica por vezes, alteração na organização dos próprios serviços. Contudo, oferece possibilidades únicas na criação de respostas conjuntas e concertadas face a um fenómeno complexo e multidimensional como é entendida a pobreza e a exclusão social.

O Protocolo de Cooperação celebrado em 2007 entre o IAC e a

ACRIDES por ocasião da criação do Projecto “Educação de rua” é um exemplo vivo da importância e valorização do trabalho em parceria, que se traduz num aperfeiçoamento das metodologias de intervenção, na partilha de boas práticas e no enriquecimento de conhecimentos dos técnicos.

E foi dando corpo, uma vez mais, a este compromisso, que o IAC – Projecto Rua aceitou colaborar na semana da Valorização da Família que decorreu em Cabo Verde, durante a primeira quinzena de Maio e na qual a ACRIDES promoveu inúmeras iniciativas, sob o lema “Crescer em Família”.

Desde as acções de formação – dirigidas quer às mães, quer a animadores –, às conversas comunitárias animadas pelas mães em diferentes bairros, todas as iniciativas tiveram como mote reflectir sobre a importância do papel da família para o desenvolvimento harmonioso da criança.

Enquadradas nas comemorações do Dia Mundial da Família – 15 de Maio –, Matilde Sirgado e Isabel Duarte participaram no Forum “Crescer

Juntos em Família”, no qual, através de uma comunicação subordinada ao tema “Metodologias e boas práticas”, testemunharam os bons resultados obtidos pelo Projecto “Educação de Rua”.

Ainda integrado neste fórum, contaram com a presença do juiz conselheiro Armando Leandro, que de forma eloquente e repleta de afectividade, que o caracteriza, apresentou uma conferência sobre o papel e a responsabilidade do Estado e da Sociedade Civil na promoção e Defesa dos Direitos e Deveres da Criança.

Aproveitando a estada na Cidade da Praia, as técnicas do IAC - Projecto Rua ministraram ainda uma acção de formação dirigida a animadores comunitários cuja finalidade foi desenvolver competências promovendo a utilização do lúdico como recurso pedagógico.

ENCONTRO NA CIDADE DA PRAIA

A convite da presidente da Fundação Infância Feliz e actual primeira dama de Cabo Verde, Matilde Sirgado e Isabel Duarte deslocaram-se à Cidade da Praia para participar num Encontro de Nacional Reflexão sobre as questões da Família.

Neste encontro, que decorreu a 19 de Março, a coordenadora do Projecto Rua apresentou uma comunicação subordinada ao tema “Abordagens comparadas das novas realidades Infanto-Juvenis” onde “espelhou” o trabalho que o IAC e nomeadamente o Projecto Rua tem desenvolvido em prol de melhores condições de bem estar para as famílias que acompanha diariamente nas diferentes comunidades.

Este convite surge na sequência do trabalho de articulação que se tem vindo a estabelecer entre as duas ONG (FIF e IAC).



APRESENTAÇÃO DO GUIA METODOLÓGICO

INTERROMPER PERCURSOS MARGINAIS

No âmbito do trabalho que o IAC - Projecto Rua tem vindo a desenvolver junto de crianças/jovens em situação de perigo e/ou exclusão social, continua em curso a acção Educar e Formar para Inserir. Desenvolvida na zona Oriental de Lisboa e abrangendo as freguesias de Marvila, Beato e Santa Maria dos Olivais, encontra-se actualmente, também em fase de expansão para outros territórios considerados de intervenção prioritária.

Assente em metodologias adaptadas com base em planos individuais e sempre numa lógica de parceria, esta acção destina-se a jovens com idades entre os 12 e os 18, e com os quais se pretende desenvolver competências pessoais, emocionais, sociais, escolares e profissionais.

Esta acção encontra-se estruturada

em 3 componentes de intervenção, interligadas e complementares entre si: Componente Pessoal – “Ser para socializar”; Componente Teórica – “Adquirir para validar” e Componente Prática – “Inserir para Formar”.

E porque acreditamos que esta acção se reveste de uma metodologia que se provou adequada, e inovadora, o IAC – Projecto Rua procedeu à elaboração de um Guia Metodológico que se reveste da maior importância.

Trata-se, em primeiro lugar de um instrumento de trabalho, que reúne a informação sistematizada, necessária a uma prática adequada e que permite a reflexão que conduz a uma inovação constante. Por outro lado, trata-se de partilhar a experiência adquirida, tendo em vista o efeito multiplicador desta boa prática.

Na Cerimónia de apresentação do Guia, que decorreu no dia 26 de Junho, contamos com a presença de parceiros nacionais e internacionais.

Acreditamos que todos, de mãos dadas, num envolvimento sinérgico e sincero, podemos difundir, criar e adaptar metodologias, em prol da defesa e promoção dos Direitos da Criança.

A metodologia apresentada neste Guia aponta mudanças e até saltos de qualidade, protagonizados por algumas das crianças/jovens no percurso que vêm trilhando (simbolizadas na atribuição de certificados aos formandos acompanhados pelo projecto).

Este guia destina-se a todos aqueles que acreditam na educação como o mais poderoso instrumento para a promoção da igualdade.

MATILDE SIRGADO

PREPARAÇÃO DO SEMINÁRIO DE ESTRASBURGO

CRIANÇAS: RESPEITAR OS SEUS DIREITOS

No âmbito da participação do IAC na Rede Europeia de Acção Social (ESAN), Matilde Sirgado e Paula Paçó deslocaram-se a Paris para participar num Seminário promovido sob os auspícios do Secours Populaire Français (SPF). Este encontro encerrou em si objectivos distintos.

Por um lado, apresentar aos parceiros de ambas as organizações a decisão conjunta de aprofundar a sua cooperação mediante a promoção de acções comuns, e por outro, construir já um plano de acção estratégico europeu. Ou seja, passar das palavras aos actos.

No sentido de melhor rentabilizarem o tempo e a disponibilidade dos seus membros, seleccionaram previamente

mente 4 temas para serem debatidos em pequenos workshops:

- Interculturalidade (preparação das Férias Grandes Agosto 2010 no Estádio de França); Infância, Solidariedade e Direitos; Juventude; Terceira Idade.

Estrategicamente o IAC esteve representado nos ateliers Infância, Solidariedade e Direitos e no da Juventude, onde se debateu respectivamente a importância da promoção dos direitos da criança e naturalmente invocando a Convenção dos Direitos da Criança, que comemora este ano o 20º aniversário, e sobre o papel dos jovens na construção de uma identidade europeia.

Embora todos os ateliers se revestissem de igual importância, o da Infância, Solidariedade e Direitos foi

o que mais propostas recebeu, dado que está já em fase de preparação e organização o Seminário de Estrasburgo que decorrerá em 5 e 6 de Outubro próximo.

Por ocasião das comemorações do 20º aniversário da Convenção Internacional dos Direitos da Criança, e tendo em conta a preparação do ano 2010 – Ano Europeu de Luta contra a Pobreza, a ESAN e o SPF pretendem reunir profissionais europeus da acção social à infância, assim como crianças embaixadoras para partilha de boas práticas no âmbito da promoção e defesa dos direitos da criança nos 27 Estados-membros, assim como fazer um balanço da aplicação concreta da Convenção Internacional dos Direitos da Criança no quadro da União Europeia.

COMISSÕES DE PROTECÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS

O modelo de Protecção instituído a partir da vigência da Lei de Protecção de Crianças e Jovens, aprovada pela Lei nº 147/99, de 1 de Setembro, vem sendo progressivamente desenvolvido, contando o País com cerca de 290 Comissões, o que constitui um indiscutível êxito.

A ideia de envolver a comunidade na defesa das crianças em risco é corolário do reconhecimento da importância de uma cidadania activa, porque, se sabemos que a verdadeira democracia se constrói com a participação de todos, também nesta área, todos quantos, no seu quotidiano, trabalham para o bem-estar das crianças são imprescindíveis.

A cooperação dos profissionais de diversas áreas, oriundos quer da administração central, designadamente segurança social, educação, saúde, justiça, quer das autarquias, e ainda das múltiplas instituições que se dedicam à criança, como as IPSS e as Misericórdias, criou uma dinâmica que cada vez mais se afirma na sociedade portuguesa, onde não houve, verdadeiramente, durante muito tempo, uma cultura de parceria.

Só nas Comissões Restritas são cerca de 2000 técnicos dedicados à protecção da criança e à promoção dos seus direitos, e se pensarmos nas Comissões Alargadas, decerto veremos que, em cada momento, haverá mais de 5000 técnicos envolvidos no bem-estar das nossas crianças.

Nos últimos anos tem havido progressos, que merecem ser assinalados, quer no que se refere à formação, quer no que respeita ao reforço do pessoal técnico de apoio às CPCJ, medidas que se mostravam muito necessárias, e que visam a capacitação das Comissões para um diagnóstico mais rigoroso e para um acompanhamento mais seguro.

Foi dada formação aos 138 novos técnicos cuja colocação obedeceu ao

volume médio do número de processos nas respectivas comissões.

Mas houve ainda uma melhoria importante relativamente à capacitação das instituições de acolhimento, que importa salientar: que a Lei de Protecção, ao exigir que as Instituições de Acolhimento sejam dotadas de equipas técnicas, exigiu também um esforço acrescido nessa área, e nesse sentido, foram integrados 286 técnicos nos 111 Lares de Infância e Juventude que aderiram ao Plano DOM, a quem foi dada também formação.

O empenho do presidente da Comissão Nacional, Armando Leandro, e da sua equipa tem tido o mérito de conseguir contagiar com o seu entusiasmo todos os membros das CPCJ que de Norte a Sul do País reconhecem o seu imenso saber e experiência.

Notável tem sido a sua aposta no sentido de incentivar os profissionais das Comissões Alargadas, propondo-lhes um compromisso ético e de cidadania activa na área da prevenção, assim potenciando a multiplicação de iniciativas, com o envolvimento de milhares de pessoas que, de outra forma, poderiam não ser capazes de dar o melhor de si mesmas à causa da criança.

Também os municípios têm assumido com responsabilidade funções que nem sempre entendiam prioritárias, de tal forma que é justamente o Representante da autarquia que exerce a presidência em mais de metade das Comissões.

O Relatório da Comissão Nacional de Protecção de Crianças e Jovens em Risco relativo a 2008 dava conta que estavam pendentes em 31 de Dezembro desse ano cerca de 66.000 Processos de Promoção e Protecção.

É um número elevado, mas, em vez de nos fazer desanimar, deverá, pelo contrário, obrigar-nos a reflectir sobre o que sucederia se não existisse a pronta actuação das CPCJ, motivando-nos para prosseguir.



Os Tribunais não tinham seguramente capacidade para acompanhar um tão vasto número de situações e o paradigma de actuação das Comissões baseado no compromisso é, sem dúvida mais adequa-

do e eficaz, porquanto nestes casos é necessário muitas vezes ajudar os pais e as mães a ultrapassar dificuldades, apostando nas suas competências parentais.

O Instituto de Apoio à Criança encaminha quotidianamente casos para as Comissões de Protecção de Crianças e Jovens através dos seus servi-

ços, designadamente o SOS Criança, o Serviço de Apoio Jurídico e o Projecto Rua.

Dos Encontros Anuais de Avaliação das Comissões de Protecção (três realizados em Maio) estiveram presentes, no de Leiria, as técnicas Ana Perdigão, Ana Pinto, Isabel Pato e Maria João Malho. Trazemos, hoje,

os testemunhos de algumas das profissionais que, em Lisboa e em Coimbra, integraram as CPCJ, na modalidade restrita, assim como um artigo de opinião do nosso presidente da Assembleia Geral.

**DULCE ROCHA
CLARA CASTILHO**

Tive oportunidade de conhecer o actual enquadramento jurídico consagrado na Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo (Lei nº147/ 99, de 1 de Setembro), e um novo modelo que pauta toda a intervenção nesta matéria.

Valorizo o brilhante – embora nem sempre reconhecido – trabalho que essas entidades não judiciais desenvolvem diariamente através de equipas multidisciplinares onde várias IPSS têm assento.

Sendo um dos objectivos da referida lei, “a promoção e protecção da criança e do jovem em perigo”, consta que o mesmo coincide integralmente com os fins estatutários do Instituto de Apoio à Criança. Nestes termos, não posso deixar de lamentar a ausência de técnicos desta instituição nas 4 CPCJ de Lisboa e na CPCJ de Coimbra, na modalidade restrita.

Se é importante o papel do IAC na detecção e sinali-

zação de situações várias de abusos e maus tratos infantis, gostaria de voltar a ver o mesmo Instituto representado nas CPCJ, integrando essas entidades, a quem o nosso ordenamento jurídico reconhece legitimidade para aplicar medidas de promoção e protecção antes do recurso à via judicial.

Num Estado de direito pugna-se para que a sociedade civil encontre soluções que evitem a sistemática judicialização dos problemas. Ora as CPCJ são precisamente uma dessas alternativas e o IAC que trabalha em parceria com o Estado Português, e que goza de um elevado prestígio, só dignificaria ainda mais o seu nome se retomasse essa colaboração estranhamente abandonada.

**PEDRO PAULO BISCAIA DE AZEREDO PERDIGÃO – PRESIDENTE DA
ASSEMBLEIA GERAL DO INSTITUTO DE APOIO À CRIANÇA**

TESTEMUNHOS DE TÉCNICOS QUE REPRESENTARAM O IAC EM COMISSÕES RESTRITAS

...“O princípio de que a criança está em primeiro lugar ainda não foi claramente assumido pela humanidade e, por isso, continuamos a penalizar as crianças e quantas vezes a prolongar e a agravar o seu sofrimento em nome de conceitos que, em certas situações se encontram vazios de sentido: família biológica, pretensas relações de vinculação, ...”

...“A experiência, de saber feita, de dar voz à criança, de saber escutar, que aprendi através de metodologias lúdicas, activas e informais defendidas e preconizadas pelo IAC é, na minha opinião fundamental na relação com esta

criança a quem, temos a obrigação de “dar voz” ainda que silenciosa, e com quem se tem que reflectir uma opção no seu percurso curto mas já tortuoso.”

...“A constituição multidisciplinar da CPCJ, empresta à reflexão sobre os projectos de vida das crianças e jovens diferentes visões, considerando cada uma delas os diferentes quadrantes do desenvolvimento da criança e da família... A informação conjuga-se com o saber académico e, sob o ponto de vista teórico, conquista-se o consenso e a complementaridade.”...

PAULA RIBEIRO – FORUM CONSTRUIR JUNTOS

...“Participei na CPCJ Lisboa Norte durante 2 anos. Foi um trabalho muito válido, muito útil e que acarreta muito esforço pessoal e muita dedicação a uma nobre e

justa causa. Numa CPCJ trabalha-se por “amor à camisola”, ou seja, amor a uma causa maior, que é a Criança. O trabalho que se faz numa Comissão implica es-

forço e dedicação pois não existem ainda nas CPCJ os meios suficientes para que os técnicos possam ter condições justas de trabalho e estejam protegidos de uma variedade de riscos.

Todas as dificuldades são ultrapassadas quando se

consegue tocar na vida de uma Criança e ver a diferença que podemos fazer na sua vida. Nem todas as situações têm finais felizes, mas como se costuma dizer, se mudarmos a vida de uma Criança, já valeu a pena!

MARIA JOÃO COSME – SOS-CRIANÇA

...“Sinto que a presença do IAC continua a fazer-se sentir fortemente, na remoção das situações de perigo em que se encontram muitas das nossas crianças e jovens. Já não gerimos processos mas colaboramos activamente na execução das medidas de promoção e protecção aplicadas por esta Comissão.... Sem dúvida que a natureza e a legitimidade da intervenção característica das Comissões de Protecção, constituem um reforço indispensável à intervenção das Instituições com Com-

petência em Matéria de Infância e Juventude, mas será importante referir que estas Instituições também são indispensáveis para a constituição das Comissões, são as instituições representadas que possibilitam a formação de uma equipa multidimensional e comprometida que permite uma intervenção partilhada nos saberes e nas responsabilidades. “...

ISABEL PORTO – PROJECTO RUA

“Primeiro, é preciso ter em conta que a comissão na sua totalidade desenvolva e apreenda a ideia consensual nas diferentes terminologias sobre mau trato, negligência, perigo, abandono (...) para quando se apresenta e se discute um caso todos os técnicos estejam em consonância relativamente aos assuntos em apreço.

Segundo, é fundamental que “as entidades com competência em matéria de infância e juventude” ao designarem os seus representantes para a comissão tenham em conta que têm que escolher técnicos com perfil para as funções que vão desempenhar o que nem sempre acontece. É preciso ter saber técnico, capacidade de trabalhar em grupo e não ter receio em partilhar as dificuldades. Ter consciência que estamos a trabalhar sobre situações de vida de pessoas que por qualquer razão precisam da nossa ajuda. Temos que ter e mostrar respeito perante aqueles que num momento menos feliz da sua vida entraram em desequilíbrio.

Por outro lado, é fundamental que todos os represen-

tantes que estão designados para trabalhar na comissão, quer no âmbito da alargada, quer na restrita dominem a Lei 147/99 de 1 de Setembro, Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo e aceitem e desenvolvam o trabalho necessário na comunidade e nos seus respectivos serviços para que haja efectivamente a promoção e a defesa dos direitos das crianças.

Esta dimensão do trabalho é fundamental porque uma comissão alargada que consiga trabalhar com coesão e em profundidade na/s comunidade/s evita muitas vezes o envio de situações que depois de analisadas na comissão restrita voltam para os serviços da comunidade.

Também percebi ao longo do tempo que quanto melhor se fundamentar e explicar a situação ao “nosso” interlocutor do Ministério Público melhor se pode fundamentar e ajudar a tomar decisões quando o caso tem que ser encaminhado para tribunal. “

MARIA JOÃO MALHO - CEDI

SOS-CRIANÇA

ALERTA RAPTO

O Ministério da Justiça lançou no dia 29 de Junho de 2009 o sistema “Alerta Rapto”, um dispositivo elaborado contra o rapto de Crianças à semelhança de outros países europeus, como a França e a Grécia.

A activação deste sistema depende de critérios rigorosos, verificados cumulativamente, e da decisão do Procurador-Geral da República, a quem compete a direcção da inves-

tigação criminal e representação dos menores, coadjuvado pela Polícia Judiciária, a quem cabe realizar a investigação.

Os meios de difusão do Alerta podem incluir vários órgãos da comunicação social (operadores de televisão, rádio, imprensa escrita e digital), bem como empresas de transporte rodoviárias, ferroviárias, metropolitanas bem como concessionárias de portos, aeroportos e auto-es-

tradas que disponham de painéis informativos.

O Instituto de Apoio à Criança, entidade a quem foi atribuído por despacho ministerial do MAI, o Número Único Europeu 116 000 (grátis) para a comunicação de casos de crianças desaparecidas, integra a lista de parceiros de forma a servir de portal de recolha de avistamentos e informações por parte da Sociedade Civil.

ALEXANDRA SIMÕES

IAC PRESENTE

- De 13 de Abril a 8 de Junho, Vítor Pacheco dinamizou 6 sessões subordinadas ao tema “Aplicação dos audiovisuais no contexto educativo”, para alunos do 4º ano de Educação de Infância da ESEC.

- Mediação Escolar: encontro a 4 e 5 de Maio, em Leiria, com Manuel Coutinho, Maria João Pena, Roque Martins e Paula Ribeiro.

- 12 de Maio – Paula Duarte e Pedro Rodrigues dinamizaram uma acção sobre os Direitos da Criança dirigida a crianças dos 3 aos 5 anos do Jardim de Infância de Miranda do Corvo

- No dia 12 de Maio de 2009, estiveram presentes, em representação do IAC, Paula Paçó, do Projecto Rua e Maria João Cosme, do SOS-Criança, apresentando a estratégia de intervenção do IAC no que respeita ao trabalho com Crianças e Jovens em situação de risco, no âmbito do 11º curso do NMUME (Núcleo Mulher e Menor), na Escola Prática da GNR em Queluz.

- 26 de Maio – Paula Ribeiro dinamizou uma acção de sensibilização sobre bullying e violência escolar, dirigido a pais e encarregados de educação, organizada pelo GAAF da Escola Secundária Engº Calazans Duarte, da Marinha Grande.

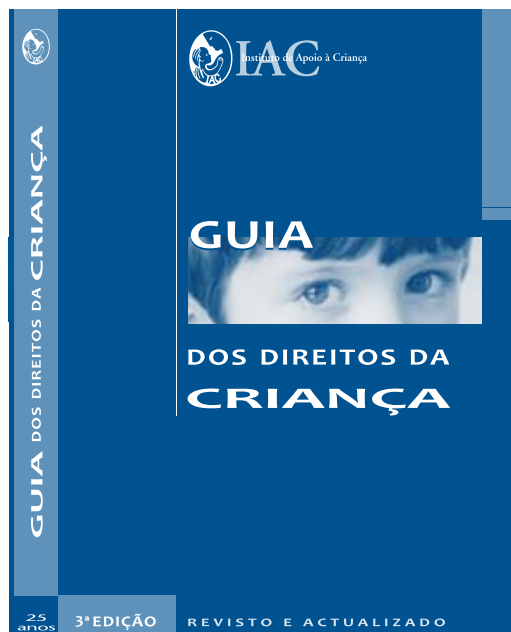
- No VI Fórum Seixal Saudável sob o tema “Saúde da Comunidade: O Nosso Compromisso” a 14 e 15 de Maio, Maria João Malho participou no workshop “Ambientes Urbanos: uma questão de saúde”.

- Nas Jornadas de Sociologia/Sociologia do Trabalho, no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa, no dia 12 de Maio, Maria João Malho apresentou uma comunicação.

- Manuela Eanes falou sobre as actividades do IAC na 16ª Conferência do Distrito 1970 do Rotary International, em Espinho de 22 a 24 de Maio.

- A 25 de Maio no ICSTE, Dulce Rocha falou sobre “A comunicação no feminino”.

- A 1 de Junho, na Fundação Calouste Gulbenkian, no âmbito da Conferência Internacional “Cuidar a Criança



ça Inovação e Desafios”, organizada pela Rede de Cuidadores, Manuela Eanes participou na Mesa de Encerramento, Maria João Malho dinamizou o workshop “O Primado da Prevenção, o trabalho dos técnicos e das instituições”, tendo estado também presente Dulce Rocha.

- A 1 de Junho, Isabel Pato esteve na Escola 2+3 Quinta de Marrocos com os vários delegados de turma do 5º ao 9º anos, precisamente aqueles em que os Direitos da Criança são mais violados e não respeitados em Portugal.

- A 1 de Junho Manuela Eanes esteve na sessão solene da aula magna da Faculdade de Medicina de Lisboa, a convite do presidente da administração e do director de departamento da criança e da família.

- A 2 de Junho Dulce Rocha falou sobre os direitos da criança, no Congresso “Ser criança no século XXI”, organizado pela Organização Mundial de Educação, no Fórum Lisboa.

- Mediação Escolar: 3 de Junho, no Tramagal, sobre “Integração escolar e social”, Manuel Coutinho e Roque Martins.

- Mediação Escolar: 17 de Junho, no Seixal, sobre “Olhar o presente, projectando o futuro”, Dulce Rocha e Roque Martins.

IAC NOS MEDIA

- Nos meses de Abril e Maio, Manuel

- No dia 7 de Julho, será lançada, no Auditório da Assembleia da República, a 3ª edição, revista e actualizada, do GUIA DOS DIREITOS DA CRIANÇA de autoria de Ana Perdigão e Ana Sotto-Mayor Pinto.

Coutinho foi entrevistado para: RTP1 – Telejornal, sobre “Dispositivos de Alerta para Crianças Desaparecidas”; *Jornal de Notícias*, sobre “Negligência/Fome de Crianças”; Rádio Clube Português, sobre “As Questões de Trabalho Infantil”; *Diário de Notícias*, sobre “A Questão de Pobreza”; *jornal I*, sobre “O Caso da Alexandra”; Rádio Renascença, sobre “Crianças Desaparecidas”; TVI – Telejornal, sobre “A Linha 116 000”; *jornal Hoje*, sobre “Linha SOS-Criança Desaparecida”, e *jornal Diabo*, sobre “O Dia Internacional das Crianças”.

- No mês de Maio, Alexandra Simões foi entrevistada, sobre “A Linha 116 000” para: RTP1 – Programa Bom Dia (Directo) e Telejornal da Uma, SIC – Telejornal, TVI, Rádio Clube Português, RTP2 e Lusa e jornais *Sol*, *Público*, *Correio da Manhã*, *Diário de Notícias*, *Expresso*, *Jornal da Madeira*, *Destak* e *Metro*.

- A 29 de Maio, Maria João Malho participou no Programa da RTPN-Antena Aberta.

- 26 de Maio – No âmbito das comemorações do Dia Mundial da Criança, o RCP – delegação de Coimbra, entrevistou Paula Duarte sobre as actividades do IAC.

- 28 de Maio, Dulce Rocha esteve presente do Programa “Aqui e Agora”, da SIC, a 1 de Junho, na TVI, *24 Horas*, a 3 de Junho, nas “Tardes da Júlia”.